

REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

FUNDAMENTOS DA GESTÃO LOGÍSTICA EM SAÚDE: A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E A GESTÃO DE MEDICAMENTOS

FOUNDATIONS OF HEALTH LOGISTICS MANAGEMENT: PHARMACEUTICAL CARE AND MEDICATION MANAGEMENT

FUNDAMENTOS DE LA GESTIÓN LOGÍSTICA EN SALUD: LA ATENCIÓN FARMACÉUTICA Y LA GESTIÓN DE MEDICAMENTOS

Adriana Garcia Orfale[1], Angela Mitzi Hayashi Xavier[2], Alexandre Laurindo Fernandes[3], Viviane Cristina Longuini de Menezes[4], Jorge Eduardo de Menezes[5]

e512289
https://doi.org/10.63026/acertte.v5i12.289

PUBLICADO: 12/2025

RESUMO

A gestão logística de medicamentos constitui um componente estratégico da assistência farmacêutica e desempenha papel central na garantia do acesso, do uso racional de medicamentos e da sustentabilidade dos sistemas de saúde. Este artigo tem como objetivo analisar os fundamentos da gestão logística de medicamentos, discutindo suas principais etapas — seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e utilização, sob uma perspectiva sistêmica e orientada por evidências. Trata-se de um estudo de natureza analítico-conceitual, fundamentado em literatura científica, documentos normativos e referenciais institucionais da assistência farmacêutica e da gestão em saúde. A análise evidencia que fragilidades em qualquer etapa do ciclo tendem a repercutir negativamente nas demais, produzindo efeitos como desabastecimento, desperdício de recursos, judicialização da saúde e comprometimento da qualidade do cuidado. Destaca-se, ainda, a importância da governança da informação, da integração entre processos decisórios e do fortalecimento de instâncias colegiadas, como as Comissões de Farmácia e Terapêutica, para qualificar as decisões relacionadas à incorporação e ao uso de medicamentos. Conclui-se que a gestão logística, quando orientada por critérios técnicos, transparência e uso qualificado da informação, configura-se como

[1] Graduada em Fisioterapia e Educação Física, especialista em Reumatologia, Piscina Terapêutica e Acupuntura, mestre em Ciências da Saúde pela Unifesp (Reabilitação). Atuou como coordenadora e docente em diversas instituições (Faculdades Guarulhos, Santa Marcelina, UNISA). Atualmente é coordenadora corporativa da Universidade Brasil.

[2] Graduada em Fisioterapia (UNESP), mestre em Ciências da Saúde (UNISA) e especialista em Gestão Estratégica do Ensino Superior e Acupuntura. Experiência em docência, pesquisa e extensão acadêmica. Atua como professora e coordenadora na Universidade Brasil e UniSantanna, além de coordenar pós-graduação em Neurociência (Estácio/Phorte).

[3] Mestre em Hospitalidade (Anhembi-Morumbi), MBA em Comércio Exterior e múltiplas especializações em Marketing, EAD, RH e TI. Graduado em Administração, Pedagogia, Ciências Contábeis e Turismo. Experiência de 35 anos em empresas como Sebrae-SP e Serasa Experian. Atualmente coordena cursos na UNIP e Universidade Brasil, atuando também como docente presencial e EaD.

[4] Farmacêutica-Bioquímica formada pela Universidade Camilo Castelo Branco (2005), com especialização no LIM25 da FMUSP (2006-2008) e Mestrado em Ciências pela FMUSP (2011). Pós-graduada em Cosmetologia e Estética (2022). Experiência em pesquisa e diagnóstico nas áreas de Genética Humana, Biologia Molecular, Análises Clínicas e Microbiológicas. Docente em cursos da saúde, atuando com metodologias ativas em disciplinas como Fisiopatologia, Microbiologia, Parasitologia, Micologia Clínica, Farmacognosia e Estágios Supervisionados.

[5] Graduado em Farmácia Industrial pela Universidade Brasil (2003), com especialização em Análises Clínicas e Toxicológicas (2004), mestrado (2013) e doutorado em Engenharia Biomédica (em andamento). Atua como professor e coordenador do curso de Farmácia (presencial e EaD) da Universidade Brasil, Campus Itaquera, professor MEP I na FMU e coordenador-geral de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Brasil. Tem experiência em Farmácia, com ênfase em educação tecnológica e produtos naturais, nos temas: enzimologia, fermentações, química orgânica, tecnologia farmacêutica e cosmética, química medicinal e farmacognosia. Membro do Grupo de Trabalho em Educação Farmacêutica do CRF-SP e avaliador do INEP/MEC.

©2025. Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

elemento essencial para a eficiência, a equidade e a sustentabilidade da assistência farmacêutica nos sistemas públicos de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência farmacêutica. Gestão logística. Medicamentos. Governança em saúde. Sistemas de saúde.

ABSTRACT
The logistics management of medicines is a strategic component of pharmaceutical services and plays a central role in ensuring access, rational use of medicines, and the sustainability of health systems. This article aims to analyze the foundations of medicines logistics management, discussing its main stages — selection, forecasting, procurement, storage, distribution, and use, from a systemic and evidence-oriented perspective. This is an analytical-conceptual study based on scientific literature, regulatory documents, and institutional references related to pharmaceutical services and health management. The analysis demonstrates that weaknesses in any stage of the pharmaceutical cycle tend to negatively affect the others, leading to outcomes such as medicine shortages, resource waste, health-related litigation, and reduced quality of care. The study also highlights the relevance of information governance, the integration of decision-making processes, and the strengthening of collegiate bodies, such as Pharmacy and Therapeutics Committees, to improve decisions regarding the incorporation and use of medicines. It is concluded that logistics management, when guided by technical criteria, transparency, and qualified use of information, is essential to promote efficiency, equity, and sustainability in public pharmaceutical services.

KEYWORDS: *Pharmaceutical services. Logistics management. Medicines. Health governance. Health systems.*

RESUMEN
La gestión logística de medicamentos constituye un componente estratégico de la asistencia farmacéutica y desempeña un papel central en la garantía del acceso, el uso racional de los medicamentos y la sostenibilidad de los sistemas de salud. El objetivo de este artículo es analizar los fundamentos de la gestión logística de medicamentos, abordando sus principales etapas — selección, programación, adquisición, almacenamiento, distribución y utilización, desde una perspectiva sistémica y orientada por evidencias. Se trata de un estudio de carácter analítico-conceptual, basado en literatura científica, documentos normativos y referencias institucionales de la asistencia farmacéutica y de la gestión en salud. El análisis revela que las debilidades en cualquier etapa del ciclo tienden a repercutir negativamente en las demás, generando desabastecimiento, desperdicio de recursos, judicialización de la salud y afectación de la calidad de la atención. Asimismo, se destaca la importancia de la gobernanza de la información, la integración de los procesos decisorios y el fortalecimiento de instancias colegiadas, como las Comisiones de Farmacia y Terapéutica, para cualificar las decisiones relacionadas con la incorporación y el uso de medicamentos. Se concluye que la gestión logística, cuando se orienta por criterios técnicos, transparencia y uso calificado de la información, es esencial para la eficiencia, la equidad y la sostenibilidad de la asistencia farmacéutica en los sistemas públicos de salud.

PALABRAS CLAVE: *Asistencia farmacéutica. Gestión logística. Medicamentos. Gobernanza en salud. Sistemas de salud.*

1 INTRODUÇÃO

A gestão logística de medicamentos é um componente estratégico para garantir o acesso, a qualidade e o uso racional de insumos farmacêuticos nos sistemas públicos de saúde, especialmente no contexto brasileiro do Sistema Único de Saúde (SUS). Os medicamentos estão presentes na maioria das ações finalísticas da saúde, influenciando diretamente os desfechos terapêuticos e o bem-estar da população atendida, visto que cerca de 70% das consultas ambulatoriais resultam em prescrição de



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

medicamentos e quase todos os pacientes hospitalizados os utilizam em algum momento de sua permanência (BRASIL, 2004).

Contudo, essa gestão apresenta desafios singulares quando comparada a outros insumos em saúde, em razão de características químicas, mercadológicas e socioculturais que demandam condições específicas de armazenamento, distribuição e rastreabilidade, além da necessidade de sistemas de informação integrados e auditáveis. A literatura de políticas públicas em saúde enfatiza que a falta de integração de dados e a fragmentação de sistemas reduz a capacidade de planejamento eficiente e a resposta às necessidades reais da população (IPEA, 2021).

Sob a perspectiva da gestão pública, a logística de medicamentos deve ser compreendida como um subsistema estratégico da gestão em saúde, responsável por articular fluxos físicos, financeiros e informacionais em um ambiente marcado por restrições orçamentárias, judicialização crescente e pressões por eficiência. A ausência de uma gestão logística qualificada compromete não apenas a disponibilidade de medicamentos, mas também a capacidade do sistema de saúde de planejar, monitorar e avaliar suas ações de forma integrada. Assim, a logística farmacêutica extrapola o caráter operacional, assumindo função decisória e estratégica no fortalecimento da assistência farmacêutica e na sustentabilidade dos sistemas públicos de saúde.

Nesse sentido, estudos comparativos em assistência farmacêutica indicam que modelos de organização logística variam conforme o arranjo institucional e as capacidades técnicas dos gestores, influenciando desde a seleção até a dispensação dos medicamentos, com impactos significativos na disponibilidade e no uso racional dos produtos (OPAS, 2023). Organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) destacam que atributos como eficácia, segurança, custo-efetividade e relevância pública são critérios essenciais para a seleção racional de medicamentos, bem como para a formulação de políticas de abastecimento sustentáveis.

Além disso, a gestão logística de medicamentos deve ser compreendida no contexto mais amplo das políticas de soberania sanitária, especialmente no que se refere ao desenvolvimento, à produção e ao abastecimento de medicamentos estratégicos para o sistema público de saúde. Estudos recentes apontam que a dependência tecnológica e produtiva impacta diretamente a disponibilidade de medicamentos essenciais, reforçando a necessidade de articulação entre gestão logística, inovação e políticas industriais em saúde (COUTO; LINDOSO; LIBERAL, 2024).

No Brasil, a implementação de instrumentos como a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) demonstra um esforço institucional de alinhamento entre oferta e necessidade terapêutica, embora desafios persistam na operacionalização e adoção local destas diretrizes, exigindo articulação multiprofissional e constante atualização técnica (BRASIL, 2004; OMS, 2019).

Diante desse cenário, este artigo visa discutir os fundamentos da gestão logística de medicamentos, explorando seus principais componentes, desde a seleção até a utilização racional, e destacando como estruturas organizacionais, políticas públicas e governança de dados podem contribuir para um sistema mais eficiente, equitativo e orientado a evidências.

Trata-se de um estudo de natureza analítico-conceitual, fundamentado em literatura científica, documentos normativos e referenciais institucionais da assistência farmacêutica e da gestão em saúde.

Nesse sentido, estudos recentes destacam que a qualificação da gestão logística em saúde depende da articulação entre processos decisórios, governança da informação e uso estratégico de evidências, especialmente no âmbito da assistência farmacêutica, reforçando seu papel estruturante para a eficiência e a sustentabilidade dos sistemas de saúde (ORFALE et al, 2025).

2. O CICLO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A assistência farmacêutica compreende um conjunto de ações articuladas que visam assegurar o acesso ao uso racional dos medicamentos, englobando desde a seleção e programação até o armazenamento**,** distribuição**,** dispensação e utilização dos produtos farmacêuticos, em consonância com políticas e diretrizes de saúde pública. Segundo o Ministério da Saúde, esse ciclo busca garantir que os medicamentos essenciais estejam disponíveis de forma contínua e acessível, com qualidade assegurada, em todos os níveis de cuidado (BRASIL, 2004).

Ademais, a seleção de medicamentos constitui uma etapa sensível do ciclo da assistência farmacêutica, pois decisões relacionadas à incorporação ou exclusão de tecnologias repercutem diretamente no acesso e na organização do cuidado. Esse processo demanda critérios explícitos, transparência e fundamentação técnico-científica, de modo a fortalecer decisões colegiadas e alinhadas aos princípios do Sistema Único de Saúde.

A compreensão do ciclo da assistência farmacêutica como um processo contínuo e interdependente é fundamental para evitar abordagens fragmentadas da gestão de medicamentos. Fragilidades em qualquer uma de suas etapas tendem a repercutir negativamente nas demais, gerando efeitos cumulativos como desabastecimento, desperdício, vencimento de estoques ou uso inadequado dos medicamentos. Dessa forma, a lógica do ciclo impõe a necessidade de planejamento integrado, monitoramento permanente e retroalimentação das informações geradas em cada etapa, permitindo ajustes oportunos e decisões baseadas em evidências.

Dessa forma, a literatura recente enfatiza que a integração entre os processos do ciclo da assistência farmacêutica, associada ao uso qualificado da informação e a estruturas decisórias consistentes, é determinante para a eficiência logística e para a garantia do acesso e do uso racional de medicamentos nos sistemas de saúde (ORFALE et al, 2025).

A seleção de medicamentos essenciais constitui a etapa inicial do ciclo, devendo considerar critérios como eficácia, segurança, relevância para as necessidades de saúde e custo-efetividade. Organizações internacionais, como a OMS, defendem que a definição de listas de medicamentos essenciais deve ser orientada por comissões multiprofissionais que atualizem dinamicamente as escolhas, respeitando evidências científicas e prioridades epidemiológicas (OMS, 2019).

A etapa de programação e aquisição refere-se ao planejamento físico e financeiro das compras de medicamentos, o que envolve métodos de quantificação como consumo histórico, perfil

epidemiológico e consumo ajustado. Esses métodos permitem estimar com maior precisão as necessidades futuras, reduzindo desperdícios e otimizando recursos, sobretudo quando combinados a informações epidemiológicas confiáveis (IPEA, 2021).

O armazenamento e a distribuição demandam atenção especial, pois medicamentos são produtos sensíveis que requerem condições específicas de temperatura, umidade, rastreabilidade e segurança. A ausência de sistemas adequados de controle pode comprometer a qualidade dos produtos e gerar perdas financeiras e riscos clínicos. A gestão da distribuição deve ser apoiada por sistemas de informação transparentes que possibilitem o fluxo eficiente entre os níveis centrais e as unidades de ponta (OPAS, 2023).

Nesse contexto, as tecnologias da informação em saúde assumem papel central no fortalecimento da assistência farmacêutica, ao permitir maior controle, rastreabilidade e integração entre as etapas do ciclo do medicamento. Evidências apontam que o uso de sistemas informatizados potencializa a atuação do farmacêutico hospitalar, especialmente em processos críticos como a reconciliação medicamentosa, contribuindo para a segurança do paciente e para a eficiência da gestão (VIEIRA; FIGUEIREDO JUNIOR; LIBERAL, 2023).

A abordagem do ciclo da assistência farmacêutica como um sistema integrado permite compreender que a efetividade das ações não depende apenas da execução isolada de cada etapa, mas da qualidade das interfaces entre elas. A fragmentação dos processos logísticos, frequentemente observada em sistemas descentralizados, tende a gerar assimetrias de informação, retrabalho e ineficiência na alocação de recursos. Nesse sentido, a gestão baseada em processos e indicadores constitui um instrumento relevante para monitorar o desempenho do ciclo e orientar a tomada de decisão em diferentes níveis de gestão.

Finalmente, o uso racional de medicamentos ocorre quando o paciente recebe o medicamento adequado para suas necessidades clínicas, na dose e duração corretas, ao menor custo possível para si e para a comunidade, conforme definido pela OMS. Isso implica não apenas boas práticas de prescrição e dispensação, mas também educação ao paciente, vigilância de efeitos adversos e mecanismos que incentivem a adesão ao tratamento, garantindo, assim, que o ciclo logístico contribua para resultados em saúde de forma sustentável e eficaz (OMS, 2019).

3. SELEÇÃO DE MEDICAMENTOS

A seleção de medicamentos envolve inevitavelmente dimensões éticas e políticas, uma vez que decisões sobre incorporação ou exclusão de tecnologias impactam diretamente o acesso da população aos tratamentos disponíveis. A pressão de interesses comerciais, a influência da indústria farmacêutica e a judicialização da saúde representam desafios adicionais ao processo de seleção, exigindo transparência, critérios explícitos e fundamentação técnico-científica robusta. Nesse sentido, o fortalecimento das Comissões de Farmácia e Terapêutica é essencial para garantir decisões colegiadas, baseadas em evidências e alinhadas aos princípios do Sistema Único de Saúde.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

Do ponto de vista técnico-operacional, essa etapa configura-se como um eixo central do ciclo da assistência farmacêutica, especialmente no âmbito dos sistemas públicos de saúde, pois orienta todas as demais fases da gestão logística, como a programação, a aquisição, o armazenamento, a distribuição e a utilização. Nesse contexto, a seleção deve priorizar os medicamentos essenciais, entendidos como aqueles capazes de atender às necessidades prioritárias de saúde da população, considerando o perfil epidemiológico, a capacidade instalada do sistema e os princípios da equidade e da integralidade do cuidado. Segundo a Organização Mundial da Saúde, os medicamentos essenciais devem estar disponíveis em quantidades adequadas, nas dosagens apropriadas, com qualidade assegurada e a um custo compatível com a capacidade de financiamento do sistema de saúde e da sociedade.

Nesse contexto, a incorporação do princípio da avaliação econômica em saúde torna-se um elemento fundamental para qualificar os processos de seleção de medicamentos. A análise de custo-efetividade, custo-utilidade e custo-benefício permite comparar alternativas terapêuticas não apenas sob a ótica clínica, mas também considerando seus impactos financeiros e sua capacidade de gerar benefícios em saúde compatíveis com os recursos disponíveis. Em sistemas públicos universalistas, como o Sistema Único de Saúde, tais análises assumem caráter estratégico, ao subsidiar decisões mais transparentes, racionais e alinhadas aos princípios da equidade e da sustentabilidade do gasto público (DE LIBERAL, 2020).

A ausência ou fragilidade de critérios econômicos explícitos nos processos de seleção pode contribuir para decisões inconsistentes e para o aumento de demandas judiciais relacionadas ao acesso a medicamentos não incorporados às listas oficiais. A judicialização da saúde, nesse sentido, frequentemente emerge como resposta a lacunas na definição de prioridades terapêuticas e na comunicação das decisões técnico-científicas adotadas pelos gestores. Estudos na área de avaliação econômica em saúde indicam que a adoção sistemática de critérios de custo-efetividade e a transparência nos processos decisórios podem reduzir conflitos, qualificar o debate público e fortalecer a legitimidade das listas de medicamentos essenciais (DE LIBERAL, 2020).

Assim, a seleção de medicamentos deve ser compreendida como um processo técnico, político e econômico indissociável, no qual a avaliação econômica em saúde atua como instrumento de apoio à decisão, contribuindo para a racionalização do uso de recursos escassos, a redução de iniquidades e o fortalecimento da governança do sistema de saúde.

Os critérios técnicos que orientam a seleção de medicamentos incluem, de forma indissociável, a relevância em saúde pública, as evidências científicas de eficácia e segurança, bem como a avaliação de custo-efetividade comparativa em relação a outras alternativas terapêuticas disponíveis. A incorporação de medicamentos sem comprovação robusta de benefício clínico ou com custo desproporcional pode comprometer a sustentabilidade financeira do sistema e reduzir o acesso a tecnologias essenciais. Dessa forma, a seleção deve estar fundamentada em análises sistemáticas da literatura científica, diretrizes clínicas baseadas em evidências e avaliações econômicas em saúde.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

A legitimidade, a transparência e a operacionalidade da Lista de Medicamentos Essenciais dependem diretamente da atuação de comissões multiprofissionais permanentes, usualmente denominadas Comissões de Farmácia e Terapêutica. Essas comissões devem ser compostas por profissionais com competência técnica para analisar criticamente evidências científicas, considerando não apenas aspectos clínicos, mas também organizacionais, éticos e econômicos. Além disso, a natureza dinâmica do conhecimento científico exige que as listas de medicamentos sejam periodicamente revisadas, de modo a incorporar inovações relevantes e excluir tecnologias obsoletas ou de baixo valor terapêutico.

No Brasil, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) constitui o principal instrumento normativo de orientação da seleção de medicamentos no Sistema Único de Saúde, servindo como referência para estados, municípios e instituições hospitalares. Embora a RENAME represente um importante avanço na padronização e racionalização da oferta de medicamentos, sua efetividade depende da ampla divulgação entre profissionais de saúde e usuários, bem como da adesão aos processos de aquisição e prescrição. Considerando a descentralização do SUS, é recomendável que entes subnacionais e serviços especializados elaborem listas próprias, desde que fundamentadas em justificativas técnicas consistentes e alinhadas às diretrizes nacionais, de modo a garantir coerência, eficiência e acesso equitativo aos medicamentos essenciais.

4. PROGRAMAÇÃO E AQUISIÇÃO

A programação de medicamentos corresponde ao planejamento físico-financeiro das aquisições, podendo basear-se em métodos como consumo histórico, perfil epidemiológico e consumo ajustado. Cada método apresenta vantagens e limitações, exigindo análise crítica dos dados disponíveis e capacidade técnica para sua aplicação.

A programação inadequada de medicamentos figura entre as principais causas de desabastecimento e desperdício nos serviços de saúde. Superestimativas podem resultar em estoques excessivos, vencimento de produtos e imobilização de recursos financeiros, enquanto subestimativas comprometem a continuidade do tratamento e a credibilidade institucional. Nesse contexto, a qualificação dos profissionais envolvidos e a utilização de sistemas de informação confiáveis são fatores determinantes para o aprimoramento do planejamento das aquisições, especialmente em cenários de instabilidade epidemiológica ou restrição orçamentária.

Ademais, a programação e a aquisição de medicamentos estão diretamente condicionadas aos modelos de financiamento e aos marcos regulatórios vigentes, os quais podem impor limitações operacionais aos gestores locais. Processos licitatórios complexos, atrasos administrativos e variações de preços no mercado farmacêutico representam desafios recorrentes, exigindo planejamento antecipado e estratégias de mitigação de riscos. A articulação entre áreas técnicas, administrativas e jurídicas torna-se, portanto, fundamental para assegurar maior previsibilidade e continuidade do abastecimento.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

Fragilidades na programação e aquisição de medicamentos tendem a repercutir diretamente na judicialização da saúde, uma vez que o desabastecimento ou a ausência de medicamentos padronizados frequentemente resulta em demandas individuais ao sistema. Assim, decisões inadequadas nessa etapa não produzem apenas impactos logísticos, mas também efeitos financeiros, jurídicos e institucionais relevantes.

Além da compra, a aquisição de medicamentos pode ocorrer por transferência entre entes federados ou por produção própria, especialmente em serviços farmacêuticos hospitalares. Esses aspectos devem ser considerados no desenho de sistemas de informação e de apuração de custos.

5. ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO

O armazenamento adequado dos medicamentos é fundamental para a preservação de suas características físico-químicas e biológicas. Condições inadequadas de temperatura, umidade, luminosidade ou empilhamento podem comprometer a qualidade dos produtos e gerar riscos significativos à saúde.

Além dos aspectos técnicos, o armazenamento e a distribuição de medicamentos demandam atenção à conformidade com normas sanitárias e regulatórias, bem como à capacitação contínua das equipes envolvidas. Falhas nesses processos podem resultar em perdas evitáveis e exposição dos usuários a riscos sanitários, especialmente no caso de medicamentos termolábeis ou sujeitos a controle especial. Dessa forma, a adoção de protocolos padronizados, auditorias internas e sistemas de monitoramento contínuo constitui uma estratégia relevante para assegurar a qualidade e a segurança dos produtos ao longo da cadeia logística.

A distribuição pode ocorrer por sistemas ascendentes ou descendentes, devendo, em ambos os casos, apoiar-se em sistemas de informação transparentes e confiáveis que garantam a rastreabilidade dos produtos. A adoção de boas práticas de armazenamento e distribuição contribui para a redução de perdas, a segurança do paciente e a eficiência do gasto público.

A incorporação de soluções de automação nos processos de armazenamento e dispensação tem se mostrado uma estratégia relevante para aprimorar o controle, a rastreabilidade e a segurança no uso de medicamentos, especialmente aqueles sujeitos a controle especial. Propostas de automação em redes farmacêuticas indicam ganhos significativos em eficiência operacional, redução de erros e maior conformidade regulatória (SILVA; DE LIBERAL; RACHED, 2020).

6. UTILIZAÇÃO E USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

O uso racional de medicamentos ocorre quando o paciente recebe o medicamento apropriado às suas necessidades clínicas, na dose correta, pelo tempo adequado e ao menor custo possível para si e para a comunidade. Esse conceito envolve desde a prescrição baseada em evidências até a dispensação correta, a adesão ao tratamento e a prevenção da automedicação inadequada.

A promoção do uso racional de medicamentos também pressupõe ações educativas voltadas aos usuários e aos profissionais de saúde, com ênfase na adesão terapêutica, na compreensão do tratamento e na prevenção da automedicação inadequada. Estratégias como acompanhamento farmacoterapêutico, educação em saúde e integração multiprofissional contribuem para a redução de eventos adversos e para a otimização dos resultados clínicos, reforçando o papel da assistência farmacêutica como componente essencial da atenção à saúde.

No ambiente hospitalar, a promoção do uso racional de medicamentos está diretamente associada à adoção de estratégias sistematizadas de reconciliação medicamentosa, as quais permitem identificar discrepâncias terapêuticas, prevenir erros e qualificar a continuidade do cuidado. Revisões integrativas demonstram que a padronização desses métodos fortalece a segurança do paciente e reduz eventos adversos relacionados ao uso de medicamentos (VIEIRA; DE LIBERAL, 2023).

A inobservância dos princípios do uso racional de medicamentos está associada ao aumento de eventos adversos, internações evitáveis e custos adicionais ao sistema de saúde. Assim, a gestão da utilização de medicamentos deve ser compreendida como uma estratégia de qualificação do cuidado, e não apenas como um componente final do ciclo logístico. O fortalecimento da atuação clínica do farmacêutico e a integração com as equipes de saúde contribuem para transformar a logística de medicamentos em um instrumento efetivo de promoção da segurança do paciente e da qualidade assistencial.

A gestão eficaz da utilização de medicamentos é essencial para minimizar riscos evitáveis e maximizar os benefícios terapêuticos, reforçando a importância da integração entre logística, prática clínica e educação em saúde.

7. CONSIDERAÇÕES

A gestão logística de medicamentos constitui um eixo estruturante da assistência farmacêutica e da efetividade dos sistemas de saúde. Mais do que assegurar a disponibilidade de produtos, uma logística qualificada contribui para a racionalização do gasto público, a redução de riscos sanitários e a melhoria dos desfechos em saúde.

A análise dos fundamentos da gestão logística evidencia que a integração entre seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e utilização é condição indispensável para a sustentabilidade do sistema. Investimentos em capacitação profissional, governança da informação e adoção de tecnologias de apoio à decisão mostram-se estratégicos para o enfrentamento dos desafios contemporâneos da assistência farmacêutica, especialmente em contextos de restrição orçamentária e crescente complexidade terapêutica.

Ademais, o fortalecimento da gestão logística de medicamentos demanda o reconhecimento de que decisões técnicas não são neutras, mas atravessadas por dimensões políticas, econômicas e éticas. A incorporação sistemática de critérios de avaliação econômica em saúde, associada à transparência dos processos decisórios, contribui não apenas para a racionalização do uso de recursos



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

públicos, mas também para a mitigação de conflitos relacionados à judicialização da saúde. Nesse sentido, a consolidação de práticas de gestão baseadas em evidências, articuladas a mecanismos de governança e participação técnica qualificada, representa um caminho estratégico para o aprimoramento da assistência farmacêutica e para a sustentabilidade dos sistemas públicos de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência farmacêutica no Brasil: 2004. Logística de medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

COUTO, Willian; LINDOSO, José Angelo Lauletta; DE LIBERAL, Márcia Mello Costa. A soberania sanitária na pesquisa e desenvolvimento dos medicamentos para leishmaniose visceral. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 10, p. e18281-e18281, 2024.

DE LIBERAL, M. M. C. **Avaliação econômica em saúde** (Série Universitária) eBook Kindle. 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 2020. v. 1.

DE OLIVEIRA, Karla Regina Dias et al. Análise da aplicação da logística reversa na área da saúde. **Observatorio de La Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 12, p. 24861-24877, 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Análise comparativa da assistência farmacêutica em sistemas públicos de saúde**. Rio de Janeiro: IPEA, 2021.

NUNES VIEIRA, Douglas; COSTA DE LIBERAL, Márcia Mello. Métodos De Reconciliação Medicamentosa Empregados No Âmbito Hospitalar: Uma Revisão Integrativa. **International Journal of Health Management Review**, v. 9, 2023.

ORFALE, Adriana Garcia et al. A Logística do Abastecimento na Gestão de Materiais em Saúde: fundamentos e aplicações. **Revista Científica ACERTTE**, v. 5, n. 10, p. e510271-e510271, 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório sobre acesso, uso racional e governança de medicamentos essenciais**. Genebra: OMS, 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Fortalecimento dos serviços farmacêuticos nas Américas**. Washington, DC: OPAS, 2023.

SILVA, W. N.; DE LIBERAL, M. M. C.; RACHED, C. D. A. Proposta de automação na dispensação de medicamentos controlados para uma rede do varejo farmacêutico de uma região de São Paulo. **International Journal of Development Research**, v. 10, p. 36352–36356, 2020.

VIEIRA, Douglas Nunes; DE FIGUEIREDO JUNIOR, Adiel Goes; DE LIBERAL, Márcia Mello Costa. O impacto das tecnologias da informação em saúde na atuação do farmacêutico hospitalar na reconciliação medicamentosa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 10, p. e13489-e13489, 2023.